

## EDITORIAL

Deixando de ser uma Revista de tiragem semestral, e agora consolidada como uma publicação quadrimestral – sendo esta já a nossa segunda publicação nesta nova etapa, o que pode ser considerado um grande passo para a elevação deste periódico de produção discente a estratos avaliativos ainda mais elevados –, a Revista Temporalidades torna público o seu décimo lançamento.

Nossa satisfação em publicar mais este número reside também no objetivo alcançado de, com a mudança de periodicidade, termos a possibilidade de ampliarmos o espaço editorial para publicações discentes. Diante destas novas possibilidades, procuramos selecionar para o dossiê desta edição um tema que pudesse propiciar reflexões sobre a História de forma mais ampla, que fosse comum a várias abordagens e fontes de pesquisa variadas. Neste sentido, o eixo temático desta edição reflete uma questão ímpar no processo do “fazer” historiográfico, que diz respeito à indagação do lugar que a teoria-metodologia ocupa no conhecimento histórico.

Talvez um dos grandes desafios para a historiografia brasileira na contemporaneidade, a teoria-metodologia aplicada à produção do conhecimento histórico tem provocado indagações e questionamentos, uma vez que livros relacionados à História, mas não necessariamente escritos por historiadores, figuram entre os maiores sucessos de vendas, sobretudo se levarmos em conta a lista dos livros mais vendidos no Brasil nos últimos anos, o que demonstra, mesmo com uma significativa contribuição publicitária, um grande interesse do público pelo assunto. Neste sentido, esta edição da Revista Temporalidades tem como propósito propiciar reflexões e discussões que se referem às tendências e referências da teoria e metodologia da História produzidas no Brasil, assim como também destacar a importância das mesmas.

Questão polissêmica, a Teoria da História pode ser considerada o *locus* onde habitam os paradigmas historiográficos, onde a História é tensionada em sintonia com as concepções levantadas por variadas reflexões teóricas e variadas escolas historiográficas que propuseram compreensões sistematizadas a respeito do ofício do historiador. Pensar e teorizar sobre a produção da História, e quais são os métodos utilizados para a construção deste aspecto do conhecimento humano, são situações que legitimam a tarefa do historiador, entre outras.

Neste sentido, esta edição da Revista Temporalidades tem o intuito de divulgar perspectivas de análises que dizem respeito a usos de diferentes métodos teóricos por meio de algumas pesquisas referentes à historiografia brasileira atual, com destaque, como é parte

do propósito da Revista, para a produção discente. Através de artigos relacionados diretamente ao dossiê e as sessões livres que permeiam temáticas variadas, destacamos na nossa décima edição alguns exemplos da aplicabilidade de metodologias em fontes históricas diversas, em objetos de pesquisa distintos, o que demonstra o caráter múltiplo e abrangente da produção historiográfica atual, sem deixar de levar em consideração os processos que revolucionaram, sobretudo a partir de meados do século XX, as concepções de teoria e metodologia da História, assim como os usos e as definições da noção de fonte histórica.

Para tanto, nesta edição, contamos com uma entrevista do historiador francês François Hartog, que é publicada em duas versões, sendo uma traduzida para o português, para facilitar a compreensão do nosso público leitor, e outra em francês, mantendo o texto no original e visando dar uma publicidade transnacional à Revista, almejando/contemplando leitores internacionais.

De acordo com a proposta do dossiê desta décima edição, François Hartog responde questões sobre os dilemas da historiografia contemporânea e destaca problemáticas relacionadas ao esvaziamento ou deslocamento dos conceitos e categorias históricas. Temas como o presentismo e as perspectivas da história, os usos políticos e as demandas pelo passado, a recepção de sua obra no Brasil e a tensão entre os historiadores e outros profissionais que pretendem escrever “histórias”, são temas discutidos na entrevista com o historiador francês. Além da entrevista, a décima edição da Revista *Temporalidades* conta com artigos e seções livres que perpassam temáticas e fontes variadas e abordam aspectos teórico-metodológicos da História, além de uma resenha e uma transcrição/tradução comentada.

Na seção diretamente relacionada ao dossiê, uma declaração preconceituosa do jornalista e então âncora do jornal da TV Band, Boris Casoy, serviu ao doutorando André Cabral Honor como ponto de partida para uma breve e densa reflexão acerca dos *Usos e desusos da História: pensamentos sobre o saber-fazer do historiador na contemporaneidade*. A necessidade de não se existir o que o autor chama de “História única” – apropriando-se do termo da autora nigeriana Chimamanda Adichie – conduz uma análise em torno dos usos sociais da produção histórica, no combate ou reafirmação de desigualdades, privilégios, distinções sociais. Uma História contra-factual que sucede escolas mais factuais – próprias do que o autor considera como pós-modernidade – será objeto da análise que busca articular a produção da História e seus usos possíveis. Em *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite procura discutir uma questão que, segundo o mesmo, merece análise mais aprofundada: o lugar da nação tanto no vocabulário de

Raymundo Faoro quanto em sua teoria. Para isso, o autor propõe a leitura de uma obra específica do intelectual que analisa, a saber, *Os Donos do Poder*, com foco em alguns de seus aspectos, tais como a denúncia da distância entre nação e Estado, o que acarretaria a não-realização de uma relação entre as duas partes; a composição de um estamento fechado em si por políticos profissionais sem vínculos com suas origens sociais; a inexistência de uma identidade única entre esses políticos e a dificuldade de cunhagem de um conceito que dê conta dessa especificidade. Para o autor do artigo não existia a possibilidade de definir sumariamente o patrimonialismo-estamental faoriano sem engessá-lo. Levando em conta tal dificuldade, Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite dá pistas sobre o conceito faoriano em todo o texto, de forma a não conduzir o leitor a uma visão guiada apenas por sua análise.

Por sua vez, Breno Sabino Leite de Souza analisa as teses que compuseram a seção etnográfica do I Congresso Nacional de História organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1914. Intitulada *História das Explorações Archeológicas e Ethnographicas* e coordenada por Edgar Roquete-Pinto, a seção foi parte integrante dos Anais do evento publicado na Revista do IHGB. O autor argumenta que os estudos que fizeram parte da seção apontam para uma ampliação do objeto de estudo da etnografia, que deixou de se dedicar apenas ao indígena e passou a analisar também os negros e imigrantes europeus. Indígenas, negros e brancos foram então classificados através de critérios raciais considerados determinantes no desenvolvimento psíquico, moral, intelectual e material dos povos, representando hierarquias centradas no conceito de civilização. Segundo o autor, a ampliação do escopo dos estudos não acarretou, por sua vez, um avanço para além das teses científicas que pautaram as conclusões dos membros do Instituto na segunda metade do século XIX, persistindo a noção de que diferentes raças representavam diferentes estágios civilizatórios.

Como já frisado no que se refere à intenção da Revista em dar espaço a interpretações e concepções teórico-metodológicas com base em objetos de estudos e fontes variadas, a graduanda em História pela UFMG, Mariana Vargens, encara o desafio de produzir um artigo acerca de uma temática ainda pouco abordada pela historiografia, qual seja, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, suas concepções historiográficas e produção em *O IHGMG e os parâmetros para a escrita da História Mineira (1907-1927)*. Para tal, a autora utiliza o conceito de “lugar”, presente da obra de Michel de Certeau, a fim de compreender como que os agentes envolvidos na criação desse Instituto, bem como sua produção, estariam comprometidos com ideais políticos bem específicos.

O texto *O governo da população infantojuvenil no Brasil durante a ditadura civil -militar: apontamentos entre o nacional e o local*, de Camila Serafim Daminelli, abre a seção livre da Revista abordando as políticas sociais voltadas à infância e juventude no Brasil durante o governo civil-militar, partindo da atuação da Doutrina de Segurança Nacional, que governaria a população infantojuvenil a partir de duas matrizes: as diretrizes da Política Nacional de Bem-Estar do Menor e o Código de Menores, de 1979. Feita esta incursão sobre o contexto de políticas voltadas à criança e ao adolescente à nível federal, Camila Daminelli analisa a operacionalização de tais políticas no estado de Santa Catarina, sustentando a tese de que os modos como as mesmas se concretizaram em cada estado da federação tiveram características próprias, que se distanciaram em grande medida da letra da lei.

Tendo também como base o uso de periódicos como fonte da História, Elaine Cristina Jorge Dias nos traz em seu artigo, algumas considerações acerca do processo de fuga e apreensão do escravo Marcelino, cativo acusado de cometer crimes e causar ferimentos graves contra duas pessoas na cidade da Parahyba do Norte, na província da Paraíba, no século XIX. A autora aborda o episódio através da análise do jornal *O tempo*, apontando a importância dos periódicos para a identificação de visões de mundo e aspectos do cotidiano dos diversos grupos sociais em diferentes períodos históricos. No caso em questão, a autora enfatiza que as matérias jornalísticas retratam os episódios de fugas de escravos a partir da ótica dos senhores e dos poderes instituídos, fazendo-se valer do discurso da ordem para incentivar a perseguição e a delação dos fugitivos pelas populações locais. Neste sentido o caso do escravo Marcelino seria exemplar da dinâmica observada na sociedade imperial, na qual os cativos procuravam por espaços onde pudessem desfrutar de liberdade, mesmo que relativa e transitória. Para se manterem fugidos, alguns escravos criavam uma rede de solidariedades, o que poderia garantir longos períodos de autonomia distantes de seus senhores. A sorte de Marcelino em sua fuga durou apenas alguns meses, entre março e outubro de 1865, tendo ele sido julgado e condenado por ter esfaqueado um companheiro e fugido de seu senhor.

O artigo *Ousmane Sembène – Uma abordagem cultural na luta contra o colonialismo de 1950 a 1969*, que foi escrito pelo doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Gustavo de Andrade Durão, traz uma contribuição para os estudos da História da África a partir da análise da obra *Le Mandat*, do intelectual senegalês Ousmane Sembène. Destaca-se no artigo o contexto intelectual de produção das obras e a atuação do autor, salientando que Sembène foi também romancista, cineasta pioneiro na representação da África de expressão francesa através da cinematografia e militante de um movimento anticolonialista que começa fora da

África, mas têm suas bases no questionamento do colonialismo no Senegal. As obras de Sembène são de fundamental importância para os historiadores, se analisadas como representação do tempo histórico. Os romances e filmes demonstram parte do modo de vida africano e das complexidades que foram encontradas após a independência. O autor tem o objetivo de demonstrar o caráter representativo da sociedade africana contemporânea, no que tange à África francófona e às implicações do colonialismo francês no continente africano, no período que vai da produção literária pós-independente até os primeiros anos da emancipação política africana.

Thiago Henrique Mota, mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense, é o autor do artigo intitulado *A missão jesuíta de Cabo Verde e o islamismo na Guiné (1607-1616)*. O autor desenvolveu uma análise da obra *Etiópia Menor e descrição geográfica da província da Serra Leoa*, de autoria do jesuíta português Manuel Álvares, no período entre a sua chegada à missão de Cabo Verde (1607) até seu falecimento (1616). O valor histórico da obra analisada é entendido como produto do processo de dispersão e institucionalização da Companhia de Jesus, o contato de cristãos e muçulmanos e suas perspectivas religiosas e temporais na África. A narrativa tece os conflitos vivenciados pelo missionário português Manuel Álvares frente à presença e atuação islâmica na Guiné. O objetivo é compreender o desempenho dos missionários inicianos à luz das necessidades do Império português e da recessão econômica de Cabo Verde. Dos desdobramentos da análise pretende-se entender as relações da missão jesuíta na Guiné com os povos islamizados da Senegâmbia. Para além do confronto entre católicos e muçulmanos, esse artigo trabalha duas atuações missionárias bastante específicas, que se esforçavam mutuamente para atingir e conquistar o maior número de fiéis.

Os estudos sobre o Quilombo de Palmares de Raimundo Nina Rodrigues e Arthur Ramos são trazidos à tona pelo mestrando da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Thyago Ruzemberg Gonzaga, em seu texto intitulado *De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”*. O autor procura identificar pontos que aproximam e separam esses dois estudiosos acerca da temática, e a forma em que ambas as obras foram produzidas no início do século XX, demonstrando os interesses e nuances que perpassaram as concepções acerca do negro na formação do Brasil.

Por fim, a obra lançada em 2012 por Marcelo Badaró Matos, *E. P. Thompson: transformação e crítica ativa*, foi objeto de uma resenha escrita por Vítor Leandro de Souza, mestrando em História pela UFRJ. Nela são ressaltados alguns pontos fundamentais da obra,

tais como as críticas de Thompson ao que chamou de “marxismo ortodoxo”, e posteriormente as contribuições do autor britânico à historiografia brasileira.

A partir das temáticas levantadas pelos trabalhos que integram esta edição da Revista *Temporalidades*, acreditamos ter cumprido o propósito do dossiê de refletir a respeito das tendências e referências da teoria e metodologia da História produzidas no Brasil. Ao abriremos mais uma vez espaço para a reflexão e produção discente em âmbito acadêmico, entendemos que cumprimos um dos objetivos centrais da intenção e propósito da Revista.

O processo de construção do conhecimento histórico foi sempre uma questão que inspirou instigantes trabalhos na historiografia. Dar sentido ao passado por meio de uma narrativa, sobre um tempo por vezes longínquo, é o que caracteriza o “ser” da profissão historiador. Sendo assim, a sugestão de conjectura proposta pela imagem da capa desta edição, destaca o recorte de uma cena do filme *Morangos Silvestres* (*Smultronstallett*, 1957), sob a direção de Ingmar Bergman, que denota uma representação sugestiva sobre a percepção do tempo, no caso do recorte do quadro do filme, onírico, assim como a construção da memória, carregada de simbologias, tradução das concepções de um professor universitário aposentado que (re)constrói, por meio de indícios, o seu passado, através de uma viagem física e ontológica no tempo, porém uma temporalidade sem ponteiros no relógio, nem cíclica nem linear, apenas uma viagem ao passado que, colocado em ordem por meio de uma lógica atribuída, se estrutura em uma narrativa que, permeada de tensões, produz um equilíbrio que é o filme acabado, neste caso, como o efeito de construção sobre uma percepção psicológica sobre um tempo que se foi e que volta, permanecendo incessante na memória, aberto a leituras e interpretações diversas, situação esta que muito nos diz e nos leva a analogias que nos permitem refletir sobre a tarefa do historiador diante da pluralidade de fontes e de concepções teórico-metodológicas, para, a partir daí, atribuir sentido a uma construção discursiva sobre o tempo, sobre o passado.

Portanto, esperamos que esta edição da Revista possa contribuir para novas possibilidades de interpretações sobre o fazer historiográfico e para novas reflexões sobre a importância da teoria e metodologia na construção da narrativa histórica. Agradecemos o trabalho de todos que contribuíram para mais esta edição da Revista, ao público leitor que nos prestigia, aos autores e aos pareceristas, ao Conselho Consultivo e também aos Conselhos Editoriais anteriores, que muito contribuíram para que a Revista pudesse atingir este patamar considerado elevado para uma produção discente. Em especial para esta edição, agradecemos a Fabiana Léo e George Nascimento, conselheiros transitórios da gestão

anterior que, com muita paciência e atenção, nos ajudaram bastante e ensinaram os caminhos por vezes difíceis, mas por demais gratificantes, desta experiência de produzir um periódico.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2013

Deise Rodrigues

Geovano Chaves

Igor Tadeu Camilo Rocha